

DO FATO AO ARTEFATO:

A região e o regional nas análises geográficas do mundo contemporâneo

FROM THE FACT TO THE ARTIFACT: The region and the regional in the geographic analyzes of the contemporary world

DEL HECHO AL ARTEFATO: La región y el regional en las análisis geográficos del mundo contemporáneo

Geraldo Inácio Martins, Natália Lorena Campos

RESUMO

O debate regional ganhou novos conteúdos e novas expressões no final do século XX e início do século XXI. O conceito/categoria de região e a Geografia Regional são retomados como mote explicativo das transformações do período contemporâneo. Isto se deve a transformação da própria sociedade, graças aos avanços dos processos de globalização, da reestruturação produtiva nas economias regionais. Com isto, carece de refletir como os conceitos, a região, por exemplo, ganha novos conteúdos estruturais e como eles explicam o próprio processo de transformação social. Nesse sentido, a proposta deste texto é discutir o redimensionamento do conceito de região no período contemporâneo, os novos enfoques explicativos diante das dinâmicas sociais e temporais. Trata-se de uma reflexão teórica analítica, cujo princípio básico é demonstrar as transformações operadas no conceito região e na Geografia Regional.

Palavras-chave: Região. Geografia Regional. Globalização. Contemporaneidade.

ABSTRACT

The regional debate has achieved new contents and new expressions by the end of the XX century and beginning of the XXI century. The concept/category of region and Regional Geography are resumed as an explaining motto of transformations in the contemporary period. This occurred due to the transformation of the society itself, thanks to the advancements in the globalization processes, the productive restructuring of regional economies. Thereby, it's important to meditate how the concepts, the region, for example, gets new structural contents and how they explain their own social transformation process. Therefore, the proposal of this text is to discuss the resizing of the concept of region in the contemporaneous period, the new explaining focus on social and time dynamics. It's about a theoretical analytical reflection, whose basic principal is demonstrating the transformations found in the concept of region and in Regional Geography.

Keywords: Region. Regional Geography. Globalization. Contemporaneity.

RESUMEN

El debate regional ganó nuevos contenidos y nuevas expresiones a finales del siglo XX y principios del siglo XXI. El concepto / categoría de región y la Geografía Regional se devuelven como lema explicativo de las transformaciones del período contemporáneo. Esto se debe a la transformación de la propia sociedad, gracias a los avances de los procesos de globalización, de la reestructuración productiva en las economías regionales. Con esto, hay que reflexionar cómo los conceptos, la región, por ejemplo, gana nuevos contenidos estructurales y cómo ellos explican el propio proceso de transformación social. En este sentido, la propuesta del texto es discutir el redimensionamiento del concepto de región en el período coetáneo, los nuevos enfoques explicativos ante las dinámicas sociales y temporales. Se trata de una reflexión teórica analítica, cuyo principio básico es demostrar las transformaciones operadas en el concepto regional y en la Geografía Regional.

Palabras clave: Región. Geografía Regional. Globalización. Contemporaneidad.

Introdução

O debate regional ganhou novos conteúdos e novas expressões no final do século XX e início do século XXI e isto se deve às dinâmicas da sociedade, aos processos de globalização/fragmentação engendrados pelo capitalismo financeiro. Nesse contexto de múltiplas nuances, o conceito/categoria de região e a Geografia Regional são retomados como mote explicativo de algumas destas transformações. Mas, se a sociedade se transforma quantitativa e qualitativamente, os conceitos engendrados no intuito de compreensão de suas dinâmicas mudam, o que acontece diretamente com o conceito de região que, perde algumas de suas ordenadas explicativas e ganha outras ligadas às dinâmicas do espaço-tempo atual.

Nesse sentido, a proposta deste texto é discutir o redimensionamento do conceito de região no período contemporâneo, os novos enfoques explicativos diante das dinâmicas sociais e temporais. É uma reflexão teórico-analítica cujo princípio básico é demonstrar a região como conceito capaz de oferecer elementos necessários para compreender alguns aspectos do mundo contemporâneo, dentre os quais os processos de fragmentação do espaço geográfico devido às dinâmicas da globalização e a

produção de novas escalas de ação, e, sobretudo, a retomada de questões ambientais.

Ao final do texto, esperamos demonstrar como a retomada do conceito região natural se dá sobre um duplo processo. De um lado, velhos temas permanecem, como por exemplo, a questão da escala, do meio como definidor da espacialidade e o mote da coesão regional; contudo, em outro aspecto, tais ordenadas ganham conteúdos novos: a “densidade normativa”, a “naturalização/desnaturalização” e o papel ativo das “técnicas”. A “nova” região é construída tendo como matérias-primas básicas as “velhas” dinâmicas e práticas sociais, isto é, a nova história da região e de sua capacidade explicativa “recorre” a paradigmas históricos, mas o faz retrabalhando as suas condições históricas de produção.

Assim, a região resignificou-se conceitual e metodologicamente, o que permitiu interpretá-la como processo de múltiplas escalas, agentes, normas e coesões, demonstrando a geografização da ação humana no espaço. Boa parte destas transformações se dá graças à dialética entre a região como “fato” e da região como “artefato” (HAES-BAERT, 2010). A região como “fato”, como existência concreta, histórica e prática de apropriação do espaço geográfico dá lugar a uma concepção de região instrumental, um “artefato”, pensada como mecanismo de intervenção e produção sobre um dado espaço e uma dada sociedade. Esvaziamento da região? Ou, ao contrário, novos conteúdos adicionados ao conceito? Esperamos nos aproximar das respostas a estas questões no decurso deste texto.

A região, as regiões: Os processos de “recorrência” e a formação de um conceito

As questões referentes à região dizem sobre a produção do conhecimento, conhecimento sobre o espaço, sobre as dinâmicas sociais de produção do espaço, e, ao mesmo tempo, de uma prática concreta de apropriação do espaço geográfico em um tempo determinado, em condições sociais, culturais e econômicas específicas. Trata-se, então de um duplo processo: histórico de singularização do espaço e de um instrumento analítico e explicativo do mundo, fato e artefato.

Conforme Lefebvre (1995), o conhecimento surge da perpétua interação do “sujeito” com o “objeto”. Desta complexa interação/relação, é produzido um sistema complexo

em três níveis: prático, social e histórico. Pois bem, o conhecimento é prático porque coloca o sujeito em relação direta com realidades objetivas por meio de experiências; ele é social porque relacionamos com outros seres sociais que agem sobre nós e agimos sobre eles e com eles, e, finalmente, o conhecimento é histórico, porque é conquistado, adquirido no esforço secular de produção e reprodução da sociedade.

Assim, o debate sobre a região e sobre o papel da Geografia Regional como mecanismo de explicação das dinâmicas geográficas pressupõe reconhecer o caráter datado do conhecimento. Isto não quer dizer, porém, que este conhecimento não é dotado de valor explicativo, ou que as elaborações teóricas precedentes desapareceram. Ao contrário disso, como argumenta Josefina Gomez Mendoza, refletir sobre as novas formas de fazer Geografia Regional “consiste, em primeira instância, em reabrir o diálogo com sua tradição” (MENDOZA, 1989, p. 103 [Tradução livre]).

É claro que esta releitura não se faz sem as contradições, apagamentos ou atomizações de certos elementos do debate regional. Isto coloca de imediato àquilo que Michel Foucault referiu-se como elemento importante das análises históricas: as “derivações” e as “recorrências” (FOUCAULT, 2012).

Um conceito nasce com certo status, mas, ao longo do processo histórico, elementos que o compunham deixam de existir ou são redimensionados. No entanto, o status permanece e o conceito continua a existir com novos componentes. Este processo de reformulação histórica é denominado, por Foucault, “derivação”. A existência de “uma palavra [categorias/conceitos] em um tempo-espaco dado não denota todos os usos feitos, as correlações, as recorrências, as estratégias” (FOUCAULT, 2012, p. 59). Portanto, todo conceito tem um processo histórico precedente, um conjunto de elementos antecedentes do qual parte para formular a sua “verdade”.

Um elemento importante no que se refere às derivações teóricas está no fato de tratar o passado como “verdade adquirida”, a qual se “recorre” em busca de filiação, para definir o status do presente. Ou, em outros casos – o mais exemplar no que se refere à região e à Geografia Regional –, recorre-se ao passado no intuito de refutar certas proposições e reformular outras, mas sem abandonar a região como mote explicativo. A recorrência é, por sua vez, uma prática social e histórica dotada de complexidade. Trata-se de retomar um conceito, ou uma “categoria” de reafirmá-lo ou negá-lo. A teoria de derivação demonstra como os conceitos são construídos, destruídos e reconstruídos; como “velhos” conceitos ganham novos conteúdos.

Ao reconhecer a “tradição”, o processo histórico de formulação do debate regional e,

sobretudo, as transformações nele operadas, coloca-se como necessidade definir o grau e a natureza destas modificações. A cada dinâmica espaço-temporal, a região tem uma nova roupagem, pois ela se renova juntamente com as práticas sociais. Isto pode ser verificado na obra do próprio Vidal de La Blache. Nela, como demonstram Marie-Vic Ozouf-Marignier e Maria-Claire Robic, Vidal começa enfocando a “região natural” e termina com a “região econômica” (OZOUF-MARIGNIER; ROBIC, 2007, p. 13).

Estas mudanças se dão ao longo do tempo e exemplificam como o conceito dá origem a outro, ou melhor, como o tempo e as dinâmicas sociais são responsáveis pela criação de outras roupagens ao corpo conceitual de uma disciplina. A raiz conceitual permanece, mas a sua natureza muda constantemente. O mesmo conceito? Sim e não. O mesmo, contudo, reelaborado a partir da matéria-prima forjada pelos seus antecessores. E é justamente nesse ponto que se situa o grande debate sobre a força/debilidade da região, conforme discorreremos em seguida.

Dos caminhos da região

Dentre as diversas críticas à região, sobretudo, à clássica, a mais enfática refere-se à incapacidade explicativa, ou o “conceito obstáculo” desta categoria. As próprias características da região colocavam limites claros, dentre os quais: a) a região clássica possuía aspectos inerentes ou “naturais” e eram descritos como estáveis tempo-espacialmente (HAESBAERT, 2010); b) o “meio” apresentava-se como ordenador das relações humanas; c) a ideia de homogeneidade regional; d) do ponto de vista analítico, a descrição da região é uma representação sintética de uma “personalidade” ou “individualidade” regional.

Ao considerar os elementos destacados nas linhas precedentes, fica evidenciado que a região, das primeiras abordagens teóricas de Vidal, arquitetava-se a partir de um conjunto de relações estabelecidas em seu interior – a individualidade geográfica –, dando a ela uma feição diferenciada em relação às demais. Neste caso, não há articulação entre escalas e regiões, o edifício regional é fechado sobre si mesmo, e dele são concebidas as sínteses. No que se refere à questão de método de trabalho, o geógrafo tem como função apenas encontrar as feições comuns e traçar a síntese. Algum elemento natural – bacia hidrográfica, solos e geomorfologia, sobretudo – é à base de construção da diferenciação regional.

Segundo Marcelo Escolar, ao refletir sobre os processos produzidos no âmbito da geografia e a sua busca de legitimação, a Geografia Regional vidaliana opera a “naturalização

de uma formação discursiva” por meio de “pressupostos ontológicos de seu conteúdo ou então (...) pressupostos epistemológicos que lhe dão status de conhecimento” (ESCOLAR, 1995, p. 152). Nos pressupostos ontológicos, as categorias ou conceitos utilizados são considerados como da “realidade” e há desistoricidade dos constructos conceituais e das categorias engendradas socioculturalmente. Por sua vez, no que se refere aos discursos de base epistemológica, há uma “absolutização de um conjunto de normas de ação que legitimam a validade de certas abordagens interpretativas da realidade, [e] (...) adotado acriticamente como método” – as regionalizações construídas por Vidal de La Blache na França, por exemplo, (ESCOLAR, 1995, p. 85).

Estas questões dizem respeito aos próprios paradigmas da ciência, mas não podemos deixar de enfatizar a sutil relação entre as teorias geográficas, o pensamento político e a prática política de Estado. Assim, quando os clássicos da Geografia Regional “naturalizam” o discurso e as práticas concretas, ou melhor, quando sobrepõem às forças naturais a historicidade das ações humanas, um duplo processo é engendrado. De um lado, a naturalização da região e do método regional e, de outro, criaram a possibilidade de pensar a região naturalizada “racionalmente”. Este duplo processo expressa a estratégia de legitimação epistemológica de um campo disciplinar e, ao mesmo tempo, legitima as forças dominantes por meio do discurso geográfico sobre o espaço/região.

Isto representa uma dupla estratégia, sobretudo, no debate regional clássico. De um lado, havia uma série de apagamentos de diferenças, recriadas sobre bases naturais, cujos “termos teóricos tinham um caráter implícito” (ESCOLAR, 1995, p. 90). De outro, o debate regional surge no bojo do Estado-Nação como um mecanismo de pensar o espaço racionalmente e dividi-lo de acordo com seus interesses. Isto consiste em apagar “implacavelmente as diferenças, subordinando-as sobre uma única diferença legítima de construir uma consciência regional” (ESCOLAR, 1995, p. 133).

Assim, o pensamento regional francês clássico opera em duplo sentido: de um lado as regionalizações tinham como intuito diminuir a fragmentação do território herdada do período monárquico absolutista, e de outro, produzir novas diferenças, estas, evidentemente coincidindo com os interesses da nação (ESCOLAR 1995). Nesse sentido, a região surge como conceito político, naturalizada enquanto prática, no qual a produção de coerência e homogeneidade foi o eixo norteador. Mas, como em grande medida os elementos históricos foram negados numa naturalização ontológica de reificação do meio, o modo clássico de se considerar a região geográfica a tratava como “representação geográfica, da qual só se deve constatar a existência” é uma maneira de “ocultar todas

as demais configurações espaciais” (LACOSTE, 1988, p. 64).

Este processo que Yves Lacoste criticamente denomina de “despolitização do discurso” é mais sutil do que se aparenta, isto é, o modo clássico de se pensar, de produzir a região, atende um princípio e um conjunto de forças políticas dominantes (LACOSTE, 1988). A grande questão é que estes nunca foram explicitados teórico ou metodologicamente (ESCOLAR, 1995). Isto demonstra o quão este conceito/categoria - a região, e a prática de se pensar e dividir o espaço - a regionalização, é uma ferramenta estratégica do ponto de vista político. Quando reclama pela coesão, por um elemento síntese, ou ao colocar o natural e o histórico em níveis distintos e hierárquicos e os tratar como homogeneidades, Vidal de La Blache inaugura um método: aquele que, ao privilegiar um elemento determinado, silencia os demais ou os subordina àquele em destaque. Este é o grande mote da região do período clássico, ao contrário do que pensa Lacoste: ser efetiva politicamente na divisão do espaço sem precisar dizê-lo.

Não é somente o fato de não expressar tacitamente as questões metodológicas e epistemológicas que sentencia a “morte da região” (HAESBAERT, 2010). É, menos ainda, o dito caráter “apolítico” (LACOSTE, 1988) - do qual discordamos mormente, observando os constructos ideológicos e práticos por detrás do fazer regional. A sociedade modifica-se, e os pressupostos de estabilidade, coerência e a região como escala intermediária entre a nação e o lugar tornam-se insuficientes como questão explicativa, ou mesmo um conceito “obstáculo”. É preciso, todavia, explorar em que medida este conceito-obstáculo de fato existiu.

Outro ponto importante refere-se ao contraponto forjado pela Geografia Regional em combate à vertente “determinista” da geografia alemã, para a qual os fatores naturais determinam as ações humanas. Na verdade, “o possibilíssimo não só é uma forma atenuada de determinismo natural - ou do social”, transfere as determinações ambientais para “as conclusões científicas” (ESCOLAR, 1995, p. 91).

Este ponto é emblemático e controverso (e no qual não pretendemos adentrar), mas revela um ponto às escuras na recorrência à “tradição” clássica do debate regional. Isto é, o caráter “racional” e “científico” por meio do qual as regiões eram pensadas, além da estratégia política pelas quais se pensava a região e o contraponto ao conceito de território. Nesse sentido, as regiões vidalianas eram dadas ambientalmente e historicamente, mas sobre este conjunto prévio, Vidal “inventava” os recortes regionais (para usar os termos de Lacoste). Um método legítimo cientificamente e por meio do qual se elaborou os recortes regionais que se “tornaram tão familiares que temos a impressão

de que essa divisão da paisagem sempre existiu” (LACOSTE, 1998, p. 61), revelando o caráter político de produção de um discurso geográfico.

O interessante desta questão é que justamente aqueles fatores considerados por Lacoste, na releitura dos constructos teóricos e metodológicos da Geografia Regional, como obstáculos, são os mais reelaborados na elaboração histórica da região. Isto é, a região como um instrumento ao mesmo tempo analítico e meio de intervenção/divisão do espaço. Esta questão é tratada em diferentes tempos, com diferentes terminologias, mas permanece o seu conteúdo principal: a região como conceito/instrumento analítico e estratégico para se pensar um conjunto de condições sociais e ambientais específicas. Assim, quando Lacoste afirma que “as regiões que Vidal de La Blache gostava de personalizar não eram organismos ou mininações, mas um modo de ver as coisas”, expressa o arcabouço teórico-metodológico da Geografia Regional: ver o que existe para pensar meios de dividir/recortar, enfim, regionalizar o espaço para tal qual seja o interesse (LACOSTE, 1988, p. 62).

Isto demonstra mais uma vez o princípio teórico defendido no início do texto, o processo de derivação e de recorrência na construção/reconstrução de um corpo conceitual dentro de um campo disciplinar. Com isto, não podemos deixar de evidenciar, nos debates contemporâneos quando se fala da região como instrumento, “fato” ou “artefato”, que os princípios já estavam esboçados no “Quadro da Geografia da França”, e que, no processo de releitura – ou de recorrências –, estes termos são recriados e colocados sob novas lentes analíticas.

Selecionamos, aqui, alguns pontos de destaque para demonstrar que as recorrências não se restringem a um fator ou autor em específico; como demonstra Mendoza (1989), há outros aspectos de realce adicionais e necessários para se primar na volta ao debate regional clássico: a) a recorrência aos clássicos ajuda na compreensão do método, dos agenciamentos teóricos e metodológicos da Geografia Regional; b) há um desejo imanente pela totalidade e por recuperar uma geografia “una”, na qual os fatores ambientais não fiquem fora do debate; c) graças à influência de Carl Sauer na Geografia Regional, é possível ampliar o debate a outros campos disciplinares, tais como a Antropologia, a Sociologia e a Economia.

Além destes fatos, a região é um conceito estratégico – aquele eminentemente geográfico, conforme esclarece Escolar (1995), de afirmação de um campo de saber e um campo teórico geográfico. Esvaziada de seu conteúdo teórico-analítico pela geografia de origem anglo-saxã e reformulada somente como instrumento intelectual

sem procedência histórica ou social, a região torna-se um conceito secundário a partir de 1950. Contudo, quando emergem as questões regionalistas e a fragmentação do mundo via globalização, o retorno aos clássicos necessários e à região dá-se no sentido de reelaboração das bases conceituais e, ao mesmo tempo, um meio de dotar a região de poder explicativo na nova conjuntura política e econômica e romper com as bases prioritariamente quantitativas.

Da crítica à região, à “nova” Geografia Regional

Caso fôssemos expressar a história da região e da Geografia Regional dentro de um processo linear, haveria, pelos menos, três momentos expressivos. O primeiro, a Geografia Regional Clássica francesa, cujo expoente foi Vidal de La Blache. Em seguida, parte histórica no qual a região torna-se um conceito secundário ou mera classificação de áreas e, mais recentemente, o retorno à região com a nova Geografia Regional.

O debate regional vive em um constante movimento, “de mortes e vidas” (HAES-BAERT, 2010). Mas, como demonstra o autor, cada período de enfraquecimento de uma perspectiva analítica, ou melhor, cada “morte” da região (para usar os termos do autor) é também responsável pelo seu revigoração analítico. Expressando este movimento de abandonos e retomadas, Mendoza (1989) apresenta três teses a respeito da Geografia Regional: (a) a releitura e as possibilidades analíticas e teóricas advindas da obra de Carl Sauer e da escola de Geografia Cultural; (b) outra perspectiva de recorrência dá-se justamente entre aqueles sob a influência da obra vidaliana. Nesse sentido, “uma nova geografia dos lugares está emergindo da teoria social crítica que os vínculos guardam com a Geografia Regional de Vidal de La Blache” (MENDOZA, 1989, p. 104 [tradução livre]); (c) outra releitura se dá na geografia de origem anglo-saxônica a partir das grandes narrativas históricas, sobretudo, a partir da leitura de Fernando Braudel.

Como alerta Mendoza, estes reencontros de perspectivas e debates, estes pontos e momentos de recorrência nos quais o conceito de região é redimensionado revelam o sentido que está tomando esta “revisão da tradição”. A aposta nas releituras de Carl Sauer, Vidal de La Blache e mesmo de autores não propriamente do campo disciplinar geográfico permite conhecer as novas modalidades discursivas que se produz na Geografia Regional contemporânea. Isto, de um lado, resulta em um “exercício insubstituível de autoestima geográfica” (MENDOZA, 1989, p. 103 [tradução livre]), e,

de outro, identifica os problemas básicos da produção do conhecimento geográfico: o “produto” da relação homem e o meio e suas expressões no espaço. A volta à origem realiza-se, portanto, no intuito de encontrar novos caminhos de análises.

Quando analisamos o período contemporâneo, cuja Geografia Regional se complexifica devido o cruzamento de leituras, e como ela o conceito de região, o uso ideológico e discursivo que dele se faz, o campo disciplinar e a produção do discurso geográfico se redimensionam. Além disso, é preciso considerar no período contemporâneo as dinâmicas sociais e técnicas, o papel das normas, do agir instrumental, da globalização/ fragmentação e o próprio movimento da sociedade. Isto é, a região, as regionalizações se dão com novas escalas, com novos conteúdos, cujos princípios só se delineiam recentemente.

O lugar da região e da Geografia Regional: Perspectivas contemporâneas

No item anterior, destacamos que há, pelo menos, três propostas de releitura na Geografia Regional contemporânea. Estas, contudo, nascem em um bojo de incertezas conceituais e metodológicas. Como aponta Mendoza (1989), a “dita Nova Geografia Regional” (terminologia adotado pelos anglo-saxões), não é tão nova assim, nasce com problemas estruturais antigos. Apesar do caráter de sobrevida da região, às vezes, estas recorrências não são bem-sucedidas.

Tais problemas, no entanto, não impedem que estas análises regionais coloquem novos questionamentos teóricos e metodológicos na compreensão geográfica do mundo. Boa parte destas questões surge, justamente, da recorrência aos velhos “modelos” e da proposta de novos ordenamentos e paradigmas. Em virtude disso, conforme pontua Haesbaert (2010), certos elementos permanecem, como, por exemplo, a escala, a coerência do edifício regional, a homogeneidade e a contiguidade espacial.

No entanto, antes de nos enveredarmos nestas apreciações analíticas, alguns baliamentos são necessários. Um dos fatores essenciais para a compreensão da região e da ampliação do foco da Geografia Regional contemporânea é considerar a força com a qual o capitalismo e a globalização impõem novas formas de relação e produção do espaço. Dessa maneira, as antigas configurações regionais são convocadas a se inserir

nas dinâmicas de produção global, enquanto modos de vida e sistemas de produção ganham dinâmicas complexas ou se fragmentam, abarcando conteúdos e escalas maiores, qualitativa e quantitativamente. Estes fatores, em si, contêm elementos suficientes para mudar a coerência do edifício regional, tão propalada pela clássica abordagem regional.

O avanço do agir instrumental, a internacionalização do capital, isto é, a dominância do período “técnico-científico informacional” dotou o mundo de novos paradigmas que reverberam sobre as práticas concretas dos homens (SANTOS, 1999). Neste período, os espaços regionais entram na ordem global com funções específicas, determinadas por meio de ordens distantes, e, a partir de cada nova onda de “modernizações” que se realizam no regional, as modificações/ fragmentações são iminentes (BRITO, 2008, p. 76).

Estas forças hegemônicas demonstram os limites do conceito de região e exigem, ao mesmo tempo, a ampliação das escalas e dos ordenamentos teóricos necessários à análise. A partir disso, as “velhas” certezas desconfiguram-se, os conceitos explicativos e os métodos mostram-se ineficazes. E, diante deste quadro de incertezas, “o edifício regional estável e coeso dá lugar à instabilidade e às frequentes mudanças em sua forma e conteúdo” (BRITO, 2008, p. 76).

E isto evidencia o porquê a região ganha novos contornos no período de avanço da globalização e do capitalismo – no lugar da apregoada homogeneidade do mundo contemporâneo, a fragmentação é o mote dominante. Como demonstra Silveira, a globalização é responsável “pelo aumento da especialização” produtiva dos lugares (SILVEIRA, 2011, p. 5) – especializados em produtos, técnicas e/ou na produção de ordens. Em virtude disso, a coerência regional não tem produção local, os eventos têm origem distante, não obstante se encontram e se especializam na região. Considerar estes fatores é imprescindível, sobretudo a desigualdade com que as técnicas se distribuem, a maneira como os eventos se sucedem e o modo como as especializações restringem ou ampliam as dinâmicas regionais.

A forma como eventos realizam-se nos espaços regionais dão densidade e fluidez às dinâmicas de produção do espaço, além de promover a historicização das técnicas em nível do lugar – “a densidade normativa é, a um só tempo, causa e consequência do esvaziamento e preenchimento de funções num lugar a partir das escalas de ação” (SILVEIRA, 2004, 93). Os agentes hegemônicos da globalização são os grandes produtores das normas no período atual, mas, aliado a eles, os Estados contribuem de forma contundente para tanto.

De acordo com Ribeiro (2003), há uma mudança de paradigma na Geografia Regional

contemporânea. Se, nos períodos anteriores, a região era foco de análise, atualmente, a regionalização assume relevo. Isto acontece, mormente, graças ao delineamento de duas perspectivas de regionalização: a regionalização como “fato” e a regionalização como “ferramenta”. A região como “fato” atrela-se às questões de ordem histórica, aos processos e aos eventos que deram a ela densidade ao longo do tempo, e a região como “ferramenta” é, por sua vez, um constructo intelectual que ganha expressão concreta com fins de planejamento e de intervenção.

A região como “fato” – ou como processo – diz respeito, com isso, às dinâmicas sociais e econômicas de uma determinada sociedade. E mais, refere-se a “jogos dinâmicos da disputa de poder, inscritos nas diferentes formas de apropriação (construção e uso) do território” (RIBEIRO, 2004, p. 195). A rigor, de acordo com a autora, a consideração dos processos históricos, a periodização, é indispensável para compreender os fatores que levaram à constituição das regiões/regionalizações como “fato”. Ademais, aliado a este processo, há a região como “ferramenta” – ou como técnica –, que “envolve ideologia e recursos político-administrativos” e se dinamiza graças aos avanços do meio técnico-científico informacional (RIBEIRO, 2004, p. 195-196).

Ribeiro (2004) demonstra como estas duas perspectivas de regionalização partem de pressupostos teóricos distintos. Contudo, isso não significa a total separação da região/regionalização, ao contrário, a região como “ferramenta” depende de conhecimentos prévios da região como “fato” e dela retira os conhecimentos necessários ao agir instrumental no processo de regionalização. Além disso, é preciso considerar que o movimento da sociedade acaba por dotar as regiões como “ferramenta” de sentido histórico por meio da adição, no cotidiano, dos limites e determinações impostos pela técnica de regionalização.

Em outras palavras, embora a distinção entre fato e ferramenta – ou, como prefere Haesbaert (2010), “fato” e “artefato” – seja importante para entender a natureza dos processos regionais, esta constatação não dá conta de explicar todo o processo dinâmico que levou a estes recortes do espaço geográfico. Antes, é preciso compreender “como a vida” se faz na região, “suas relações internas e seu arranjo particular em constante processo de mudança, (...) a totalidade do movimento que a condiciona (...)” (BRITO, 2008, p. 80). Assim sendo, é a historicização dos processos que indica a natureza da região; é a produção que determina os sentidos dados, não o produto.

Um fato determinante na configuração do edifício regional no período contemporâneo diz respeito à internalização dos eventos, ou, ainda, a como as “ordens distantes” configuram-se no regional. Ao se referir à natureza dos eventos e ao seu poder de

transformação, Milton Santos destaca que os “eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características”. Por esta especificidade, ao se confrontar com as dinâmicas locais, “os eventos dissolvem as coisas”, mudam a natureza do lugar e de sua configuração e colocam, diante de nós, outra “geografia e uma nova história” (SANTOS, 2004, p. 146). E, a partir disso, necessariamente, precisamos reconstruir os nossos edifícios conceituais no intuito de captar o movimento das coisas e sua totalidade.

Os eventos trazem em seu bojo informações, técnicas e ações, isto determina as condições de sua realização. Eles não têm uma localização precisa, mas “o conteúdo das diversas áreas tem a ver com a natureza dos eventos que nela se estendem” (SANTOS, 2004, p. 150). Em razão disso, o evento compreende uma extensão em seu acontecer e atinge os lugares desigualmente, produzindo as diferenças e as disparidades. Neste aspecto, a escala de um evento demonstra e determina os limites e as escalas da região que o acolhe.

A partir desta proposição, é preciso esclarecermos um ponto importante. A escala de uma região não se refere apenas à escala cartográfica, de natureza quantitativa e que homogeneiza o espaço. Longe disso, estamos nos referindo à escala geográfica, de natureza qualitativa – expressão das ações do homem na apropriação/reprodução do espaço. Assim sendo, uma região pode ser portadora de múltiplas escalas que, juntas, definem a natureza do espaço regional. Com isso, Milton Santos propõe duas noções de escalas – “primeira escala é a escala da “origem” das variáveis envolvidas na produção do evento. A segunda é a escala do seu impacto, de sua realização” (SANTOS, 2004, p. 152).

Nesta dupla conceituação, o primeiro acontecimento acena às forças operantes do evento, de onde partem, sendo que o segundo aspecto se refere ao local de ocorrência, espaço onde os eventos entram em contato com a ordem próxima e produzem uma nova geografia. De acordo com Santos (2004), apenas o lugar onde os eventos se realizam – a área de ocorrência, portanto – deve ser considerado como determinante de escalas. Isto porque a escala é um dado histórico e muda de acordo com as dinâmicas históricas. Sobre tal, Maria Laura Silveira afirma que os eventos produzem uma forma, “um arranjo, um tamanho do acontecer” (SILVEIRA, 2004, p. 90). A escala é, com isso, a extensão dos eventos.

A escala da ocorrência do evento está intimamente relacionada ao agente que o produz, e, dentre estes, está o Estado-Nação, que, mesmo na apregoada homogeneização efetivada por meio da globalização, é a grande força produtiva. O Estado é a “norma pública” que “age sobre a totalidade das pessoas, das instituições e do terri-

tório” (SANTOS, 2004, p. 150). Ele detém, portanto, o poder das normas, e elas criam “homogeneidades e heterogeneidades” (SILVEIRA, 2004, 93).

Na conjuntura política e econômica do mundo contemporâneo, há uma sobreposição de escalas em decorrência dos múltiplos agentes produtores de eventos. Esta “sobreposição escalar” cria determinações à análise regional, especialmente no que se refere à questão da coerência do edifício regional. Além disso, atualmente, “é impossível encontrar espaços cuja coerência e especificidade possam ser analisadas independentemente de sua inserção em processos visíveis, sobretudo em outros níveis escalares” (HAESBAERT, 2010, p. 153).

Nesse sentido, a coerência da região não é determinada mais pelas dinâmicas internas, mas pelas ordens distantes, que rompem as fronteiras daqueles eventos ditos “locais”, reconfigurando-os. A região subordina-se a uma ordem externa, e, a partir disso, há o confronto com as produções internas ou adjuntas, sendo que, deste conflito, brotam, então, as coerências. A cada mudança nestas ordens, qualitativa e quantitativamente, a natureza desta coerência muda. O grande desafio na Geografia Regional é trabalhar este amálgama de escalas e, principalmente, definir qual (ou quais, se for o caso) elemento produz a articulação/coesão da região.

O que observamos com essas análises é uma mudança significativa na concepção de região: a região como processo e como espaço de acontecimentos geográficos dos eventos, e não mais um ponto de partida estático no tempo e no espaço, como no período clássico. Por pensá-la como processo, certos pontos se impõem, entre eles: (a) densidade histórica da região não é dada a priori. “A cada novidade da história, a extensão e os limites do fenômeno regional mudam” (SILVEIRA, 2003, p. 410). (b) a densidade normativa: a norma como processo, como agente produtor de eventos. Estas definem a natureza do lugar e o grau de articulação com outros espaços; (c) a escala não é definida a priori, mas de acordo com a extensão dos eventos. Evento e escala se interagem em graus distintos conforme a densidade histórica e normativa dos lugares.

De tudo o que foi colocado em debate, neste texto, até aqui, resta-nos apontamentos acerca de um ponto importante que acena diretamente à questão da escala: a região como parte de um todo, em que cada parte, contudo, é um todo e também uma “totalidade”. “Região, como individualidade, constituiria (...) parte de uma totalidade; ou seja, uma parte da superfície terrestre” (LENCIONI, 1999, p. 123). Esta afirmação deixa claro o processo de divisão existente na base de qualquer região, divisão esta que, no período contemporâneo, acontece aliada a uma gama variada de fatores – os aspectos históricos e políticos que contemplam diretamente a região como “fato”,

os fatores econômicos e também políticos que impõem recortes técnicos, por vezes arbitrários, sobre a totalidade, dando origem à região como “ferramenta”. De tudo isto, fica evidente a mudança que abrange os termos todo e parte, universalidade e individualidade – enfim, a região em processo.

O ponto norteador é que a região se refere a “recortes espaciais” que indivíduos e/ou grupos sociais “elaboram e passam a ser reconhecidos, ou não, socialmente” (LENCIONI, 1999, p. 16). Como esclarece a autora, região pressupõe logicamente a ideia de divisão – dos homens e de sua ação no espaço; foi, e é, portanto, o conceito de tentativa de integração da geografia clássica e regional, do homem-natureza – podemos dizer física e humana –, e que articula temporalidades diacrônicas, em alguns casos, como sugere Bourdieu (2010, p. 115): “o que faz a região não é o espaço, mas, sim, o tempo, a história”.

A região como “fato” nada mais é do que um complexo geográfico-histórico, cujos nortes são transmitidos, percebidos e, logicamente, transformados. Como um complexo histórico, as diferenças das dinâmicas espaço-temporais são determinantes, especialmente no que se refere à região ser “uma reflexão política de base territorial”, que coloca em jogo sempre “um conjunto de interesses” que nem sempre se coadunam (LENCIONI, 1999, p. 195). Como complexo geográfico, os fatores humanamente produzidos integram-se aos da natureza, dando uma consistência diferenciada aos padrões espaciais. Assim, a questão a ser pontuada é que “a região pressupõe uma combinação de fenômenos e, portanto, de critérios” (RONCAYOLO, 1986, p. 162).

Do fato ao artefato, a região tem uma dupla existência: uma que é ontológica, “como uma realidade efetivamente existente”, materialmente e historicamente vivida, e outra epistemológica, ou seja, existe “como recurso conceitual formulado e utilizado pelo pesquisador” (HAESBAERT, 2004, p. 42). A existência material não pode se distanciar da conceitual; em verdade, a existência conceitual só ganha operacionalidade se comprometida diretamente em compreender como o ser humano interage e modifica o material. Digamos, pois, que a região, portanto, nasce desta relação.

A região é, assim, como destacava Haesbaert ainda na década de 1980, uma “complexidade” em detrimento, “unilateralidade de processos homogeneizantes que, ignorando as diferenças, priorizam uma universalização facilmente contestada ‘regionalmente’” (HAESBAERT, 1988, p. 25). Complementar a esta abordagem podemos concordar, como sugerido linhas acima, com o fato de que a região “contém a ideia de parte de um todo” (LENCIONI, 1999, p. 23). E, considerar isto, é considerar que cada grupo

social ou cultural tem a sua própria representação e conceituação de região.

Fazer a Geografia Regional situar a região como conceito explicativo do mundo no período contemporâneo é uma tarefa desafiadora. De um lado, a recorrência à “tradição” (para usarmos os termos de Mendoza), ou a história de formação e reformulação do conceito de região e do fazer regional. Em outra vertente, o amplo debate com os saberes correlativos à História, à Economia, à Antropologia e à Sociologia e, especialmente, aos conhecimentos populares, os mesmos que dão densidade e dinâmica ao regional. A partir disso, fica destacado que neste debate “multidimensional, nenhum mediador pode ser excluído de antemão”, isto porque “poetas e narradores, pintores e cronistas de viagens, todos podem contribuir para o reencontro do estilo necessário para escrever sobre a região” (MENDOZA, 1989, p. 109 [tradução livre]).

A complexidade da Geografia Regional contemporânea tem sido absorvida em diferentes frentes de análises, dos marxistas aos pós-estruturalistas, renovando o conceito de região e o método de Geografia Regional. E destas novas preocupações teóricas, elementos desconsiderados até então entram como elemento de análise. Todavia, o princípio é o mesmo: a constatação dos limites da região clássica, de como o conceito foi esvaziado de conteúdo explicativo pela quantificação ou pela redução a uma variável. Com isso, retomam os velhos paradigmas e tentam dinamizá-los à luz do presente.

Ao explicar este processo, Mas (1993) demonstra como a recorrência às Ciências Sociais, paralela à Geografia, foi importante neste momento de releitura do regional. Esta abertura das fronteiras se deu no sentido de encontrar “fontes alternativas de processos territoriais que transcendam a uma diferenciação estritamente espacial” (MAS, 1993, p. 13 [tradução livre]). A interação entre diferentes campos disciplinares implica no reconhecimento de que os processos sociais não estão restritos ao tempo, mas sempre a uma dialética no espaço-tempo.

A partir disso, notou-se o crescente interesse de alguns marxistas pelo tema regional – os mesmos que, décadas antes, havia decretado a morte da região – dentro da perspectiva da Economia Política. A região, neste caso, surge a partir da articulação entre relações de produção no espaço e a “organização espacial dos processos sociais relacionados com o modo de produção”. Assim, com estes marxistas, falou-se em regionalização dos processos de acumulação de capital, da reprodução da força de trabalho, “dos processos ideológicos de dominação que sustentam as relações sociais de produção” (MAS, 1993, p. 13 [tradução livre]).

Se a região nasce da articulação entre relações de produção e de como os proces-

tos sociais organizam-se diante das forças produtivas, o trabalho do geógrafo muda de sentido na nova Geografia Regional. Trata-se, com isso, não mais de encontrar as coerências estáveis tempo-espacialmente, mas, sim, de identificar e compreender as especificidades/unicidades regionais, determinando a maneira como o capital cria estruturas distintas nos lugares, além de analisar os elementos que contribuem para criar as diferenças regionais, “tais como o fato cultural e a ‘sociedade civil’, as consciências locais de classe, os localismos e os regionalismos” (MAS, 1993, p. 15 [tradução livre]).

Outro alvo de relevância na Geografia Regional contemporânea são as relações de poder como determinantes na diferenciação regional. Nesse sentido, a proposta é entender a região como centro de interação da vida social, como meio e processo da produção e reprodução das relações sociais envolvendo os aspectos da vida econômica, social, política, cultural e simbólica. A região como lugar de interação social, cujos agentes encarregam-se de lhe dar molde, entrecruzando tempos e espaços (MAS, 1993). Logo, as relações de poder se dão no âmago da região porque “envolve a permanente disputa, entre atores sociais e agentes econômicos, por recursos que permitam garantir a preservação das fronteiras desejadas” (RIBEIRO, 2004, p. 203).

Com estas mudanças de paradigmas, o sentido epistemológico de região muda gradativamente. Na geografia clássica a preocupação era com as relações entre homem-meio, as homogeneidades e as coerências; na nova Geografia Regional, o interesse se volta “pelos complexos laços que conectam as pessoas com a natureza, mas através da sociedade” no qual a região é uma “estrutura e um processo” (MAS, 1993, p. 17 [tradução livre]). Estas considerações tecidas a partir da teoria social de enfoque estruturalista colocam novos pressupostos analíticos, sobretudo, definir como as regiões e a especificidade regional afetam e são transformadas pelas relações sociais, e ainda definir como estas relações atuam sobre o meio material e as diferenças/ desigualdades daí emergidas.

A região como processo datado, e como tal, muda conforme muda a sociedade. Disto resulta um segundo elemento importante da nova Geografia Regional, a retomada dos processos que formam a região, perdidas nos esquemas positivistas. Não se trata mais de pensar o “produto”, a região acabada, mas os agentes, as relações de poder, a sociedade em ação que combinando forças dialeticamente produzem as regiões. Trata-se de pensar a “sociedade em ato”, em realização a partir do qual o “espaço é produzido” (LEFEBVRE, 2006, p. 27).

A este respeito, sobretudo no que se refere à questão de método, Lefebvre tem uma importante contribuição quando propõe a “produção do espaço”. Mas, quando

se pensa o termo produção, um sentido é posto de imediato, o sentido de construção material (produto). Este produto não é o objeto de análise (não se analisa a coisa em si), e sim as forças que o constituem (o processo de produção), a coisa se fazendo, isto é, o princípio de “inversão” – conforme o autor, “indo do produto à atividade produtora”. Similarmente à região, o espaço produzido “serve tanto de instrumento de pensamento, como à ação, que ele é, ao mesmo tempo, um meio de produção, um meio de controle, portanto, de dominação e potência” (LEFEBVRE, 2006, p. 27).

É pensando no conjunto de relações que subsistem por detrás das regiões/ regionalizações que as questões ditas “ambientais” assumem relevância no cenário atual. As questões ambientais não entram no regional no mesmo nível da Geografia Regional clássica – o meio e sua influência sobre os homens, mas ligado aos sistemas de engenharias. Estes “tendem a disponibilizar sobre o território grandes conjuntos artificiais” e há uma nova configuração regional traçada por meio dos “elementos naturais, agora militarmente contabilizados, [que] se artificializam” (SILVA NETO, 2003, p. 358-359).

Alguns apontamentos são importantes a este respeito. O “uso racional dos recursos naturais”, preconizado por movimentos sociais, Estado, ciência e cientistas dá caráter regional aos recursos naturais. Ainda, ao regionalizar os recursos naturais ou a natureza, estes assumem o papel de representação da região. Há um sutil retorno de perspectivas, e os fatos históricos, políticos e econômicos reduzem-se aos fatos naturais.

A este respeito, conforme Ribeiro, atualmente há um duplo processo: desnaturalização e renaturalização da região. No primeiro caso, “as regionalizações conduzidas pelas características topológicas, topográficas e fisiográficas cedem lugar àquelas relacionadas ao monitoramento da ação do homem” (RIBEIRO, 2004, p. 201). Este fator, contudo, se amplia, os elementos constituintes mudam de grau, mas não perdem o caráter explicativo. Se em um primeiro momento há “desnaturalização”, o processo seguinte é a “renaturalização”, isto é, “a absorção da questão ambiental nos processos de regionalização” (RIBEIRO, 2004, p. 201).

Não se trata mais da naturalização do discurso geográfico, da política ou das ações de intervenção sobre o espaço, este processo trata as “questões ambientais” em si mesmas, colocando de lado os fatos de ordem política, social e econômica. Não é um discurso complementar a outros, este é tratado como paralelo aos demais e com implicações determinadas sobre o espaço e sobre a sociedade. Há, portanto, uma despolitização das questões referentes ao uso e ordenamento da natureza e das regiões/regionalizações delas emergidas.

Não podemos esquecer que por detrás deste processo há uma densidade normativa configurando os limites e as condições desta renaturalização. O planejamento ambiental, as diretrizes legais para a preservação ambiental, a definição de espaços destinados à conservação por meio de decretos de leis, são bons exemplos. Neste caso, o papel do Estado é relevante, mas há outros atores hegemônicos em ação: as grandes Organizações Não-Governamentais internacionais é o mais específico neste caso.

Diante destas mudanças teóricas e metodológicas da região e da Geografia Regional, uma questão fica em evidência, sobretudo, se tomarmos a região como categoria/conceito concreto-ontológica: a região liga-se diretamente as práticas concretas, políticas, sociais e econômicas. Se estas mudam a região muda de natureza.

Considerações finais

A proposta inicial deste texto foi discutir o movimento situado no cerne da região e da Geografia Regional que, ao longo do tempo, redimensionou o conceito de região e colocou o método regional em debate – provocou a “morte” e a “vida”, portanto, desta categoria geográfica. Com isso, o fato mais significativo de todo este processo analítico está em demonstrar como se deu este procedimento histórico. A região permaneceu, mas o seu conteúdo mudou significativamente, tendo sido engendradas o que compreendemos como ações de derivação e de recorrências, de reconstrução de uma matriz teórica a partir da releitura de suas bases históricas.

Além das mudanças conceituais, da região como produto à região como processo, as mudanças metodológicas foram expressivas. A síntese regional, fonte e meio do trabalho do geógrafo, não foi abandonada. Ela, nas atuais perspectivas da Geografia Regional, vem acompanhada de análises que requerem o detalhamento dos diversos aspectos que compõem o edifício regional, as relações existentes entre a estrutura e a produção econômica, o caráter ambiental, os processos culturais e políticos, etc. Por meio destas análises, surgem os entrelaçamentos de diversos níveis da vida social e, daí, a possibilidade renovada das sínteses geográficas. Tais sínteses, por sua vez, permitem interpretar a região como processo de múltiplas escalas, agentes, normas e coesões – enfim, demonstram a geografização da ação humana no espaço.

Esta renovação sucedeu graças à recorrência a outros campos disciplinares, com destaque para a História, a Antropologia, as Ciências Sociais e a Economia. Melhor afirmando,

a região, nas atuais análises/sínteses, mostrou-se articulada, e a sua compreensão forçou a abertura das fronteiras dos campos disciplinares. Além disso, na conjuntura política e econômica da contemporaneidade, cuja técnica e informação exercem uma função específica na estruturação das relações humanas e dos homens com seus espaços, os limites da teoria mostram-se mais fortificados. E, diante disso, manifesta-se a constante necessidade de compreender a totalidade e de renovar o corpo teórico dos campos disciplinares.

Ademais, é pontual que, consciente da força da região, mas, ao mesmo tempo, das suas limitações teóricas e metodológicas, a renovação e a abertura a outros campos conceituais foram o mote de fortalecimento da região e do regional.

Referências

BRITO, Thiago Macedo Alves de. A metamorfose do conceito de região: leituras de Milton Santos. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 10, nº 20, p. 74-105, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Identidade e representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 107-132.

ESCOLAR, Marcelo. **Discurso Geográfico**. Tradução de Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Naves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LACOSTE, YVES. **A geografia serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Papiros, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. Ed. 6. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Ana Maria Simões Coelho; Doralice Barros Pereira; Henrique Denski; Sérgio Martins. Belo Horizonte: Núcleo de Geografia Urbana, UFMG, 2006.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

MAS, Abel Albet i. La nueva geografía o lo construcción social de la región. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, Madrid, nº. 13, p.11-29, 1993.

MENDOZA, Josefina Gomez. Actualidade de la geografía regional. **ERIA- Revista de Geografía**: Oviedo, v. nº 19-20, p.101-113, 1989.

OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic; ROBIC, Marie-Claire. A França no limiar de novos tempos: Paul Vidal de La Blache e a regionalização. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, v. 9, nº. 18, p. 7-31, 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato ou ferramenta. LIMONAD, Ester; HA-ESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (org.). **Brasil século XXI**: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro: Max Lomonad/CNPQ, 2004. 194-212.

RONCAYOLO, Marcel. Região. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986. P. 161-190.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, ano XIII, nº. 2, p. 15-26, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2004.

SILVA NETO, Manoel Lemos da. A questão regional hoje: reflexões a partir do caso Paulista. In: SOUZA, Maria Adélia (org.). **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições territorial, 2003. p. 355-379.

SILVEIRA, María Laura. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia (org.). **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições territorial, 2003. p. 408-416.

SILVEIRA, María Laura. Escala geográfica: da ação ao império. **Terre Livre**. Goiânia: v.2, nº. 23, p. 87-96, jul-dez. 2004.